

A circulação da Bíblia no Portugal oitocentista

o papel da Sociedade Bíblica

RITA MENDONÇA LEITE

Centro de Estudos de História Religiosa – UCP
Sociedade Eduardo Moreira

TIMÓTEO CAVACO

Sociedade Bíblica de Portugal
Sociedade Eduardo Moreira

A presença da Bíblia na sociedade, na cultura e na língua portuguesas confunde-se com a própria identidade da nação. Todavia, a consolidação dessa presença é bastante irregular e muito pouco uniforme ao longo do tempo relativamente aos canais e suportes utilizados. Aires Nascimento resume bem este paradoxo ao afirmar que “[...] é tardia a tradução portuguesa do texto bíblico, mas nem por isso a Bíblia está ausente”.¹ Neste sentido, a Sociedade Bíblica acaba por desempenhar um papel absolutamente inovador contribuindo para o estabelecimento definitivo de estruturas próprias de divulgação bíblica que só se viriam a desenvolver noutros contextos na segunda metade do século XX.²

Embora a designação, o conceito e mesmo muitos dos conteúdos bíblicos estejam profundamente enraizados na sociedade portuguesa, com expressões culturais muito fortes – na pintura, na escultura, na arquitectura, na literatura, na dramaturgia – a presença da Bíblia *tout court* acaba por ser muito recente. Por razões económicas, culturais e, fundamentalmente, religiosas a sua divulgação com algum tipo de expressão confunde-se no tempo com a história da Sociedade Bíblica no país e, de certo modo, com a política de distribuição do livro nos últimos 200 anos.

As origens da Sociedade Bíblica em Portugal

Desenvolvendo-se ao longo do século XIX em Portugal com base num objectivo fundamental de difusão da Bíblia, a Sociedade Bíblica

¹ Ver neste volume: Aires A. Nascimento – “Dizer a Bíblia em português: fragmentos de uma história incompleta”.

² Só em 1955 foi criada a Difusora Bíblica, no âmbito da província portuguesa dos Frades Capuchinhos, o mais relevante e operoso movimento de apostolado bíblico na Igreja Católica em Portugal, que em 1965 apresentou pela primeira vez a sua tradução bíblica completa.

participou de um movimento de grande escala, iniciado na Grã-Bretanha, em 1804, com a criação da *British and Foreign Bible Society* (BFBS)³. As origens da Sociedade Bíblica em Portugal situam-se, portanto, no processo de recomposição missionária desenvolvido a partir dos finais do século XVIII e impulsionado nas suas componentes espiritual, cultural, militar e económica ao longo do século XIX.

A conjuntura económica não é um factor despreciando dado que poucas seriam as entidades nacionais que no início do século XIX dispunham de fundos e mesmo de vontade para investir somas significativas de dinheiro na difusão cultural mormente na produção editorial. Apesar de nesta época já começar a haver um assinalável esforço na impressão e distribuição livreira, só “[...] com o liberalismo assistimos a uma difusão muito grande da actividade impressora e editorial, que se vai espalhar pelo País, sob forma variada”.⁴ A Sociedade Bíblica, não ocultando o forte sentido de missão que norteava a sua actividade, viria a dar um valioso contributo para o estímulo à alfabetização e à leitura através dos milhares de exemplares de publicações bíblicas distribuídos quase exclusivamente por si em Portugal ao longo de praticamente século e meio.

Ainda que houvesse dinheiro e vontade, o atraso estrutural da população portuguesa no que diz respeito à alfabetização era *per se* um factor limitador da acção da Sociedade Bíblica, já que esta não dispunha de quaisquer outros suportes de difusão massiva da sua mensagem para além do livro. Acostumados a contextos em que a alfabetização e a instrução já eram realidades quase universais, os primeiros agentes e dirigentes da Sociedade Bíblica – na sua maioria ingleses e escoceses – não estariam preparados para enfrentar uma situação no território português

³ Organização britânica constituída no dia 7 de Março de 1804 por cerca de 300 pessoas que se reuniram na *London Tavern*, na capital da Inglaterra. Esta instituição cristã, apesar de ter uma natureza interconfessional e de ser independente de qualquer autoridade eclesiástica, sempre teve uma composição maioritariamente anglicana acompanhando a matriz sócio-religiosa britânica. A formação da BFBS em 1804 surgiu como uma resposta concreta ao fervor religioso que se vivia nas ilhas britânicas no final do século XVIII e princípios do século XIX pelo que a impressão e distribuição de Bíblias era vital para o trabalho de pastores e missionários nos territórios do vasto Império Britânico e em muitos outros países. Ao longo do século XIX e em grande parte do século XX a BFBS estabeleceu agências em dezenas de países que progressivamente se foram tornando autónomas e integradas na fraternidade mundial de Sociedades Bíblicas criada em 1946, *United Bible Societies*, que hoje conta com 147 membros em todos os continentes.

⁴ Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues – “Produção e reprodução cultural” in *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso, vol. X – O Liberalismo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p. 434.

quase diametralmente oposta. Valerá a pena mencionar que o cálculo de alfabetização para os Países Nórdicos, Alemanha, Escócia e Suíça em 1850 ronda os 95% da população enquanto, no mesmo ano, só chegava aos 15% na Rússia, Balcãs e Portugal. Na Inglaterra a taxa de alfabetização era um pouco mais baixa do que na Escócia mas mesmo assim atingia os 70%.⁵ Esta situação em Portugal viria a arrastar-se por demasiado tempo tal como as estatísticas demonstram: só no recenseamento geral da população de 1991 é que, pela primeira vez, a percentagem de pessoas sem saber ler passa a ser inferior a 10%.⁶

O(s) Cristianismo(s): o papel do Protestantismo em Portugal

No desenvolvimento natural da acção da Sociedade Bíblica os contornos religiosos foram absolutamente essenciais. Segundo Henrique Medina Carreira a aceleração do desenvolvimento cultural nos países do Norte da Europa “[...] deve-se, ao menos em boa parte, à Reforma protestante, aos ideais humanistas e iluministas do século XVIII e ao desejo dos governos de assegurarem a integração nacional. A influência do protestantismo terá sido significativa, pois a aprendizagem da leitura era essencial ao conhecimento directo do texto bíblico”.⁷ Na verdade, muito do que está em causa com o surgimento da acção da Sociedade Bíblica em Portugal é este “conhecimento directo do texto bíblico”. Como já se mencionou acima não estava em causa o conhecimento das narrativas e dos conteúdos bíblicos nos seus mais diferentes géneros literários. No entanto, a possibilidade de se aceder ao texto bíblico sem qualquer mediação é indubitavelmente uma novidade para o povo português.

De facto, a valorização da divulgação da Bíblia constituiu uma parte fundamental de um novo projecto religioso junto das populações. As Sagradas Escrituras eram, efectivamente, a base partilhada e a característica distintiva do contexto hegemonicamente católico para to-

⁵ António Candeias e Eduarda Simões – “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, *Análise Psicológica* (1999), 1 (XVII): 168.

⁶ António Barreto e Clara Valadas Preto – “Indicadores da Evolução Social” in *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Org. de António Barreto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, 1996, p. 90.

⁷ Henrique Medina Carreira – “As Políticas Sociais em Portugal” in *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Org. de António Barreto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, 1996, p. 436.

dos os cristãos evangélicos na sociedade portuguesa oitocentista, uma vez que se opunha “[...] à prática religiosa e sacramental dominante e, na visão protestante, era uma ligação aos primórdios do cristianismo, à sua pureza e à sua verdade; evangelizar, fazer cristãos, era assim sinónimo de dar a conhecer a Bíblia”⁸. A leitura e a divulgação das Escrituras desempenharam desde o início um papel essencial no proselitismo protestante em Portugal⁹, sendo que todos os pioneiros desse protestantismo encetaram a sua missão através da formação e integração de grupos de reflexão bíblica que acabaram posteriormente por se estruturar como comunidades protestantes. Reveladoramente, Robert Kalley apresentava-se nas primeiras páginas das *Observações à instrução pastoral do Ex.mo Bispo do Porto, D. Américo, sobre o protestantismo*, não como um protestante ou evangélico ou presbiteriano, mas como “Dr. em Medicina pela Universidade de Glasgow, aprovado na Escola Medico-Cirúrgica de Lisboa e na do Rio de Janeiro, etc., leitor assíduo da Sagrada Escritura durante o longo período de quarenta e tantos anos”¹⁰. Essa centralidade da Bíblia manteve-se, de facto, como um dos pilares da sua actividade prosélita, bem como das comunidades que se lhe seguiram.

Por outro lado, a difusão da Bíblia gerou, como se referiu, uma reacção incisiva por parte das autoridades eclesiásticas e civis que, críticas em relação à utilização da mesma como instrumento de divulgação dos denunciados “erros protestantes”, emitiram frequentes ordens de confiscação de exemplares bíblicos de origem evangélica¹¹. A reacção das

⁸ Luís Aguiar Santos – Protestantismo. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira de Azevedo, vol.3. Lisboa: Círculo de Leitores, p.80.

⁹ Como na maioria dos países onde se implementaram comunidades protestantes. Santos Ferreira afirmava a esse propósito, em 1906: “Dois grandes sucessos – os maiores dos tempos modernos – assombraram o mundo no decurso do XV e XVI séculos: a reforma da religião e a invenção da imprensa. Esta precedera de algumas dezenas de anos, apenas, a pregação de Lutero, isto é, apenas o tempo necessário para os impressores de Mogúncia e de Nuremberga atingirem aquela relativa perfeição que havia de permitir-lhes multiplicar oportunamente, por milhares de milhares, as Bíblias que a Alemanha inteira havia de reclamar deles, para saciar a sede da sua justiça na fonte viva da Palavra de Deus” (Guilherme Luís Santos Ferreira – *A Bíblia em Portugal: apontamentos para uma monografia, 1495-1850*. Lisboa: Livraria Evangélica, 1906, p.5).

¹⁰ Robert Reid Kalley – *Observações à instrução pastoral. Ex.mo Bispo do Porto, D. Américo sobre o protestantismo*. Porto: Imprensa Civilização, 1879.

¹¹ Para além dos múltiplos exemplos integrados na documentação católica, nas fontes protestantes esses procedimentos são igualmente testemunhados. Robert Kalley alerta, em 1843, para a necessidade de mandar “[...] suspender o anátema pronunciado contra as *Palavras de Deus*, e que os Magistrados as não arranquem tão desapiedadamente das mãos do povo, violentando a propriedade alheia, contra todas as leis divinas e humanas, [...]” (Robert Reid Kalley – *Aos Madeirenses*. Funchal: Tipografia do Defensor, 1843, p.1).

comunidades reformadas e dos seus agentes difusores começava desde logo por se alicerçar numa postura defensiva em relação às citadas acusações de falsificação e manipulação.¹² Uma vez provada a qualidade e rigor das edições bíblicas com origem protestante, seguia-se a procura da razão pela qual os católicos repetiam aquelas acusações e procuravam limitar a divulgação bíblica, o que resultava numa inversão das críticas. Nessa altura, eram as fontes evangélicas que se questionavam: “Porventura será por saber que [...] *seu sistema transtorna o Evangelho de Deus*, e TEM MEDO QUE O POVO SAIBA?”¹³. O questionamento dos propósitos dos católicos e as insinuações em relação ao comportamento dos mesmos acabavam então por redundar na caracterização da hierarquia católica como obstinada na manutenção do povo na ignorância e na violentação contínua dos ensinamentos dos Evangelhos¹⁴.

Porém, a partir das décadas de sessenta e setenta, apesar de persistirem posições firmes em relação à necessidade de limitação da difusão das Escrituras, a Igreja Católica revelou alguma abertura em relação ao papel a fornecer à divulgação bíblica. Essa abertura foi interpretada pelos protestantes portugueses como uma cedência. Nesse sentido, transmitia-se a ideia de que a hierarquia católica romana portuguesa tinha tido, finalmente, que reagir à pressão evangélica sob outra forma que não a da restrição, naquela que foi descrita por fontes protestantes como a ocasião em que “[...] apertada entre as pontas do terrível dilema – ou autorizar a leitura da Bíblia, ou explicar os motivos por que tão severamente a proibia – a Igreja de Roma não podia deixar de optar pela pri-

¹² Em 1879, Robert Kalley afirmava ter distribuído entre os portugueses “[...] milhares de exemplares das Escrituras Sagradas, tradução do padre Pereira, e edição de Londres”¹³, garantindo seguidamente: “Conferi todo o Evangelho de S. Mateus desta edição, com o impresso em Lisboa, aprovado pelo cardeal patriarca, e cotejando capítulo por capítulo, verso por verso, palavra por palavra, e letra por letra, achei-os iguais, à excepção dum lugar, onde havia um erro da imprensa, a saber: ‘sio’ em vez de ‘sido’” (Robert Reid Kalley – *Observações à instrução pastoral*, p.28).

¹³ Robert Reid Kalley – *Observações à instrução pastoral*, p.28. Os sublinhados são do autor.

¹⁴ Na análise da pastoral contra o protestantismo do bispo do Porto, de 1878, Kalley esclarecia abertamente a sua posição a esse respeito: “O trecho de S. Paulo com que principia, é digno de toda a atenção, pois nos apresenta uma maldição (anátema) fulminada pelo inspirado apóstolo, contra todos os que transtornassem o Evangelho que ele anunciava. Nem deve de admirar que Deus aprove esta maldição, porque o Evangelho que S. Paulo pregou e chamou *meu* era o *Evangelho de Deus*, e o Evangelho de Cristo, de sorte que aqueles que o transtornam, transtornam as boas novas que Deus mesmo pregou para o bem do nosso desgraçado mundo; e portanto não só ofendem a Deus, mas também enormemente prejudicam aos homens. [...] a pessoa que altera o Evangelho, merece ser amaldiçoada; e conforme as citadas palavras, está amaldiçoada, e por Deus. *Quem estará, porém, incurso nesta terrível maldição?* Por certo é todo aquele que anuncia um Evangelho diferente do Evangelho anunciado por S. Paulo. [...]” (Robert Reid Kalley – *Observações à instrução pastoral*, p.3-5).

meira. Transigiu, pois; não arrependida e contrita, mas receosa e desconfiada [...]”¹⁵. No entanto, notava o autor, essa aparente abertura foi rapidamente matizada com a integração nessas edições bíblicas católicas de comentários e explicações determinados pela hierarquia eclesiástica que, desse modo, reassumia o controlo das consciências¹⁶.

Defendida a pertinência e a legitimidade da difusão das Sagradas Escrituras, para além de reforçarem esse instrumento como uma parte integrante e essencial da evangelização, os representantes do cristianismo reformado testemunhavam acerca da eficácia desse método fundamental. Tal acontecia não apenas em relação aos missionários estrangeiros que desenvolviam actividades em Portugal, mas também em relação aos crentes e pastores nacionais.

Zacarias Clay Taylor escrevia, em 1909 à Convenção Baptista do Sul dos E.U.A., dando conta que, apesar de difícil de “trazer para o Evangelho”, o português, quando convertido “é geralmente piedoso e muito activo”, exemplificando: “[...] o nosso irmão Sousa e Silva agora falecido, foi encarcerado 13 vezes, por ser colporteur em Portugal e duas vezes no Brasil. Ele vendeu em três meses numa viagem pelo Rio S. Francisco 2.000 cópias das Escrituras”¹⁷. Três décadas depois, lembrando esse período, Eduardo Moreira afirmava: “A obra de propaganda, de qualquer género que seja, mais completa que se tem feito no país (parte continental) é a da Sociedade Bíblica Britânica [...]. Nos 123 anos de acção em Portugal, os exemplares difundidos, chegariam um para cada português vivo, ainda descontados os estragos naturais, se

¹⁵ Guilherme Luís Santos Ferreira – *A Bíblia em Portugal*, p.56.

¹⁶ Santos Ferreira declarava então a esse propósito: “Ao reviramento operado nos imutáveis princípios da igreja romana sucedeu, como era de esperar, igual reviramento na consciência dos seus adeptos. E o livro até então perseguido como de perigosa leitura para a salvação das almas, passou a ser considerado útil para robustecer a fé e acrisolar a piedade dos crentes; não, certamente, pelas boas novas de salvação, que sempre contivera, mas pelas cerebrinas anotações com que iam ilustrá-lo, e completá-lo, mui doutos e católicos varões!” (Guilherme Luís Santos Ferreira – *A Bíblia em Portugal*, p.67). As denúncias em relação à ilegitimidade dessas notas multiplicaram-se nos escritos protestantes da segunda metade do século XIX, onde se perguntava: “Quais notas? Existiam, porventura, quaisquer notas junto do texto da Vulgata recebido pelo Concílio de Trento? [...] Confessa, Maldade! Confessa que bem sabes que tais notas nunca existiram a par daquele texto! E que aproveitaste uma subtil argúcia de Benedito XIV para sobre ele architectares uma dolosa acusação, para dares por estabelecida uma doutrina errada, [...]” (Guilherme Luís Santos Ferreira – *A Bíblia em Portugal*, p.111).

¹⁷ O missionário acrescentava ainda, na mesma missiva, que “Todos os tipos de trabalho evangélico estão restritos aos recintos fechados, sendo contra a lei distribuir folhetos nas ruas. Colportores da Sociedade Bíblica são constantemente lançados na prisão.” (Zacarias Clay Taylor citado por Herlânder Felizardo – *História dos Baptistas em Portugal*, Lisboa: Centro Baptista de Publicações, 1995, p.23).

não fora a queima promovida e pregada pelos sacerdotes de Roma. E a todos os recantos do país têm chegado, sem dúvida, esses benditos exemplares escapos do fogo, [...]”¹⁸. Matizando a ideia de uma amplitude geográfica plena, provavelmente hiperbolizada pela componente prosélita adstrita, o valor desses testemunhos resultava sobretudo da demonstração de uma coexistência entre a divulgação bíblica e a perseguição, sem que a existência da primeira invalidasse o cumprimento do Código Penal por parte das autoridades competentes, e sem que a segunda impedisse que certas formas de proselitismo não católico se levassem a cabo no Portugal católico oitocentista.

*A multiplicação das edições bíblicas
em língua portuguesa:
o papel da Sociedade Bíblica*

Não obstante o clima de repressão, a Sociedade Bíblica foi exercendo a sua actividade de distribuição com atestado sucesso. De acordo com informação fornecida por Robert Moreton em 1905 o número total de Escrituras distribuídas desde 1809 era o seguinte: 221.342 Bíblias completas, 492.420 Novos Testamentos e 930.275 exemplares de porções da Bíblia.¹⁹

Do pouco que se conhece e que está pesquisado sobre este assunto, sabe-se que o início da distribuição bíblica em Portugal tem muito mais a ver com factores conjunturais do que com algum plano estratégico da BFBS. Para este fim muito terá contribuído a presença de um grupo de exilados portugueses no sul da Inglaterra, pois a própria instituição inglesa justifica macarronicamente a impressão desse primeiro Novo Testamento com o número de portugueses que então habitavam Portsmouth e outras partes do país.²⁰ No entanto, este grupo de exilados não seria certamente um conjunto de pessoas à procura de melhores condições económicas ou sociais. É importante assinalar que estes ilustres homens para ali se tinham deslocado “[...] escapando a uma prisão certa e irmanados num combate político de defesa do liberalismo e do constitucionalismo em Portugal”.²¹ Ainda a este propósito acrescenta

¹⁸ Eduardo Moreira – *A situação religiosa em Portugal. Conspecto e Considerações*. Lisboa: Edição do Portugal Novo, 1935, p.14.

¹⁹ Guilherme Luís Santos Ferreira – *A Bíblia em Portugal*, p.

²⁰ *The Fifth Report*. Londres: British and Foreign Bible Society, 1809, p. 10-11.

²¹ Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal – “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político” in *História de Portugal*. Dir. por José Mattoso, vol. IX – O Liberalismo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, p. 84.

Isabel Vargues que “O principal núcleo responsável pela formação política liberal portuguesa estava radicado na imprensa que em português se publicava no estrangeiro, sobretudo em Inglaterra”.²² Segundo a pesquisa realizada por Vargues e Torgal só em Inglaterra publicaram-se nove diferentes periódicos entre 1808 e 1829, sendo de destacar o título *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, da responsabilidade de Hipólito Costa F. Mendonça, o qual “[...] exerceu uma notável acção em prol do liberalismo e do constitucionalismo no Brasil e em Portugal”.²³

É precisamente neste contexto de uma elite portuguesa deslocada em país estrangeiro que surge o interesse em publicar a Bíblia em português. A BFBS era conhecedora da existência de duas traduções bíblicas completas em língua portuguesa:²⁴ uma de João Ferreira de Almeida (1628-1691), pastor protestante, a outra de António Pereira de Figueiredo (1725-1797), padre católico romano. Logo desde início o *Committee* da BFBS optou por usar a tradução de Almeida da qual não conhecia a *editio princeps* de 1681.²⁵ No entanto, esta primeira decisão foi fortemente contestada pelo português residente na Inglaterra contactado para rever as provas tipográficas, identificado apenas como *Mr. Da Costa*, que preferia a publicação do texto de Figueiredo.²⁶ Tendo sido o assunto levado de novo à consideração da BFBS a 21 de Julho de 1808 acabou por ser decidido publicar o Novo Testamento de Almeida, após revisão ortográfica.²⁷

²² Isabel Nobre Vargues – “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820” in *História de Portugal*. Dir. por José Mattoso, vol. IX – O Liberalismo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, p. 50.

²³ Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal – “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, p. 88.

²⁴ Todos os elementos aqui apresentados respeitantes à primeira edição bíblica em português da responsabilidade desta instituição britânica são obtidos a partir de um texto manuscrito de Thomas Pell Platt (1798-1852) que foi Bibliotecário Honorário da BFBS de 1823 a 1831, apesar de ter prestado a sua colaboração à organização até 1841. A 3 de Agosto de 1829 Platt apresentou ao *Committee* da BFBS o resultado da sua pesquisa sobre as traduções e edições bíblicas publicadas até então num volume que intitulou *History of Translations*, o qual, porém, nunca viria a ser impresso.

²⁵ Na verdade o redactor do texto menciona a edição de Amesterdão de 1712 mas uma nota provavelmente manuscrita pelo próprio Platt faz referência à edição de Batávia de 1693, a qual, ainda assim, é a segunda edição do Novo Testamento desta tradução.

²⁶ “Upon conference however with Mr. Da Costa, a Portuguese gentleman who had been recommended to the committee as a corrector of the proofs, it was found that he strongly urged the adoption of Pereira’s version, according of the last edition of it, in preference to that of Ferreira.” (*History of Translations*)

²⁷ Não são completamente claras as razões pelas quais o *Committee* da BFBS preferiu o texto de Almeida mas a *History of Translations* dá a entender que os principais argumentos seriam o texto-base utilizado (grego) e a origem do tradutor (protestante) em oposição a Figueiredo que era católico e tinha feito a sua tradução a partir da Vulgata Latina.

Não temos dados suficientes para saber o impacto que esta edição terá tido na comunidade portuguesa fortemente implantada no sul de Inglaterra mas há registos de que os mesmos foram rapidamente absorvidos no território nacional. O Relatório de 1811 da BFBS dá conta que “[...] *the Portuguese Testaments, sent to Lisbon, have been circulated with great rapidity there, and are represented as held in high estimation by persons of all ranks*”.²⁸ Num outro passo é reproduzida uma carta de um correspondente em Lisboa que demonstra claramente que, associado à distribuição da Bíblia, há desde logo um sentido de missão implícito: “*May I hope, through your interference, that it will, in a short time, be in my power to comply with their earnest desire of becoming better acquainted with the Gospel*”.²⁹

Esta edição constitui assim o ponto de partida para um percurso ininterrupto de mais de 200 anos de edições bíblicas de diferentes traduções. Embora a Sociedade Bíblica não tenha sido a primeira entidade a publicar e distribuir a Bíblia em Portugal e muito menos seja a única a fazê-lo de forma sistemática nas últimas décadas, não se pode ignorar o papel que esta entidade tem tido em prol da sua divulgação.

Em termos globais há dois elementos que se cruzam na história das edições bíblicas em Portugal, particularmente no primeiro século da sua distribuição massiva no nosso país. A um já aludimos acima e foi determinante na preparação da primeira edição da BFBS: a tradução. O outro prende-se com a instituição responsável pela publicação do texto bíblico, já que a partir de 1839 começam a circular em Portugal e no Brasil edições da responsabilidade da *American Bible Society* (ABS).³⁰

Pelas razões já referidas a preferência da BFBS foi para a tradução de Almeida, o que explica o facto de durante quase uma década as edições bíblicas se terem cingido a este texto. De acordo com a informação que nos é dada por Darlow e Moule³¹ e recentemente actualizada

²⁸ *The Seventh Report*. Londres: British and Foreign Bible Society, 1811, p. 34.

²⁹ *The Seventh Report*. Londres: British and Foreign Bible Society, 1811, p. 108.

³⁰ Entidade congénere da BFBS criada em 1816 na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Tal como a instituição britânica também a ABS cedo começou a providenciar edições bíblicas em línguas para além do inglês e para outras nações. Na ausência de uma entidade que supervisionasse o trabalho e a missão das diversas Sociedades Bíblicas nacionais que foram sendo estabelecidas aconteceu que por vezes surgiam no mesmo país agências de mais do que uma Sociedade Bíblica e a mesma tradução bíblica editada por mais do que uma Sociedade Bíblica. Em Portugal operaram durante muitos anos, primeiro em separado e depois em conjunto, agências da BFBS e da *National Bible Society of Scotland*.

³¹ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, vol. 2. Londres: The Bible House, 1911, p. 1240-1241.

e acrescentada por Herculano Alves³² a SBBE publicou apenas o Novo Testamento entre 1809 e 1817 utilizando para tal exclusivamente a tradução de João Ferreira de Almeida. O número de exemplares impressos, sempre em Inglaterra, ao longo de oito anos é impressionante se tivermos em conta o investimento que significava para a época. Assim, para além da primeira tiragem de 5.000 exemplares em 1809, há uma segunda edição em 1811 de 10.000 exemplares e duas novas edições de 5.000 exemplares cada, em 1813 e 1817. Apesar de uma parte da segunda e da terceira edições terem tido como destino a dependência de Calcutá,³³ na Índia, da Sociedade Bíblica é de acreditar que a grande maioria destes 25.000 exemplares do Novo Testamento tenham sido distribuídos em território nacional, com particular destaque para Lisboa, Porto e Funchal.

Tanto os portugueses na Metrópole como aqueles que continuavam a habitar o Extremo Oriente ansiavam por o texto completo da Bíblia e não apenas o Novo Testamento. Porém, a BFBS continuava sem qualquer informação que os conduzisse às edições de 1748 e de 1753 do Antigo Testamento da tradução de Almeida.³⁴ O relato de Platt é bastante detalhado em relação a todo este processo o que demonstra a preocupação do *Committee* da BFBS em servir os falantes da língua portuguesa espalhados um pouco por todo o mundo. Platt chega mesmo a referir que este assunto da impressão da Bíblia em português foi levado por sete vezes às reuniões da BFBS.³⁵ Depois de realizadas novas pesquisas relativamente a este assunto as edições do Antigo Testamento terão sido localizadas. Por outro lado o grande número de católicos interessados na Bíblia também começou a preocupar os dirigentes da instituição britânica. Assim, ainda segundo Platt, em 1817 “[...] *it was finally resolved that 5,000 copies of the Bible should be printed*

³² Herculano Alves – “Catálogo das Obras Bíblicas de João Ferreira Annes d’Almeida” in *A Bíblia de João Ferreira Annes d’Almeida*. Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal, Sociedade Bíblica do Brasil, Difusora Bíblica: 2006, p. 850-852.

³³ De acordo com Darlow e Moule (p. 1240-1241) “[...] *one of the earliest decisions of the Committee of the Calcutta Auxiliary (founded in 1811) was to purchase 1,000 copies of the Portuguese N.T. ‘for immediate circulation among the Portuguese at this Presidency, and at Forth Saint George’. The ship Elizabeth, which was conveying them to India, was lost on the voyage; but a consignment of 700 copies was eventually obtained through the Corresponding Committee of the B.F.B.S. At the same time it was decided to procure 2,000 copies of the Bible and a further supply of 4,000 copies of the N.T., intended ‘partly for the use of Calcutta and its dependencies, and partly for circulation among the Portuguese on the Coast of Coromandel and Malabar, and on the Island of Ceylon’. The ‘Native Portuguese’ in India and Ceylon were ‘computed to be, collectively, about fifty thousand’.*”

³⁴ “A copy of the Old Testament of this version was procured in consequence, by the Committee in London, but no further steps appear to have been taken till the year 1816” (*History of Translations*).

³⁵ *History of Translations*.

from the Batavia edition of Ferreira's version and 5,000 additional copies of the New Testament of the same version, and also 5,000 copies of Pereira's Catholic New Testament".³⁶ O Novo Testamento de Figueiredo foi impresso em 1818 e a edição da Bíblia completa de Almeida sairia à estampa em 1819.³⁷ De salientar que esta foi a primeira vez que a Bíblia de Almeida foi publicada num só volume, 128 anos após a morte do tradutor em Batávia.

Num país de completo monolitismo religioso³⁸ como era Portugal na primeira metade do século XIX os leitores das edições bíblicas ter-se-ão sentido mais confortáveis com o texto do padre católico ao contrário dos portugueses no Oriente onde o protestantismo em língua portuguesa já tinha alguma expressão desde o século XVII, fundamentalmente devido ao trabalho missionário de João Ferreira de Almeida e dos missionários da Igreja Reformada Holandesa. Assim, num contexto religioso em que o protestantismo, pelo menos em língua portuguesa, está completamente ausente presume-se que a BFBS tenha tomado a decisão de desinvestir na publicação da tradução de Almeida, razão pela qual só volta a surgir um Novo Testamento com este texto 21 anos depois (1840) da primeira edição da Bíblia completa e com uma tiragem bem inferior às do início da sua operação em Portugal. Outros factores terão contribuído igualmente para uma retracção na presença da BFBS em Portugal, que se evidencia pela sua fraca actividade editorial até ao final dos anos 40 do século XIX, nomeadamente o facto de a missão da Sociedade Bíblica ser exercida sem qualquer suporte institucional bem como a forte instabilidade que se viveu a seguir à morte de D. João VI, em 1826.³⁹

Apesar do desinvestimento que acima mencionávamos a verdade é que a BFBS não abandonou por completo a sua actividade em terri-

³⁶ *History of Translations*.

³⁷ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1241-1242.

³⁸ Apesar disso, o desenvolvimento da minoria protestante em Portugal a partir da segunda metade do século constituiu a representação da diferença, no sentido em que, a lenta multiplicação de fiéis evangélicos num país hegemonicamente católico, resulta na verificação de que, de facto, não existia uniformidade plena. Por conseguinte, apesar de o país ter sido repetidamente representado como monolítico em termos religiosos, essa imagem não correspondia totalmente à verdade e, apesar de a Igreja Católica definir frequentemente Portugal como uma nação imune à influência protestante, procurando controlar e garantir essa mesma imunidade, esse desiderato não foi plenamente alcançado, uma vez que, a existência de comunidades reformadas, ainda que minoritárias, a contradizia.

³⁹ Timóteo A. J. Cavaco – “O contexto específico das origens da Sociedade Bíblica e os seus ‘vários começos’ em Portugal”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* (2005), 7/8, p. 41.

tório luso. Todavia, o pouco que existe em termos de publicações resume-se à tradução de Figueiredo. Em particular deve ser dado destaque à impressão de 5.000 exemplares da Bíblia completa da tradução católica, em 1821, a qual incluía os livros apócrifos ou deuterocanónicos inseridos juntamente com os livros protocanónicos segundo a ordem da Vulgata Latina.⁴⁰ O ano de 1823 demonstra alguma vitalidade no que diz respeito à actividade editorial da BFBS em língua portuguesa. De acordo com Darlow e Moule publicam-se dois Novos Testamentos de Figueiredo em tamanhos diferentes e, pela primeira vez, editam-se dois pequenos livros com texto bíblico: *Os Livros Sagrados dos Salmos, dos Provérbios, do Ecclesiastes, e das Prophecias de Isaías* e *O Sancto Evangelho, segundo Sam Lucas, e os Actos dos Apóstolos*.⁴¹ Não há, porém, registo do impacto que estas edições tiveram nos seus leitores em Portugal. Entretanto, em 1828 a Bíblia completa de Figueiredo é novamente editada após correcções ortográficas da edição de 1821 e sem a inclusão dos livros deuterocanónicos.⁴²

O ano de 1839 assinala a entrada de uma nova entidade no panorama das edições bíblicas em língua portuguesa. No espaço de um ano a ABS publica duas diferentes edições do Novo Testamento: uma utiliza a tradução de Almeida e a outra a tradução de Figueiredo. Uma referência feita por Darlow e Moule pode dar a entender que a ABS es-

⁴⁰ Para um registo mais completo do significado desta edição e da política editorial da BFBS de traduções católicas ver Timóteo A. J. Cavaco – “O contexto específico das origens da Sociedade Bíblica e os seus ‘vários começos’ em Portugal”, p. 39-40.

⁴¹ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1242.

⁴² T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1243. Vale a pena transcrever o que o referido Catálogo menciona sobre esta edição: “In 1840 a copy of this Bible was presented to the Governor of Terceira, an island in the Azores, by the British Vice-Consul, in the name of the B.F.B.S., with a request for permission to distribute similar copies among the poor. This request was forwarded to the central Government in Lisbon, and resulted in a royal order instructing the Customs officers at the port Angra de Heroismo to admit, free of duty, the consignment of Bibles to which the Vice-Consul referred, and directing that, before any Bibles were distributed, a specimen copy should be sent to Lisbon for official examination. In January 1842 a copy of the Bible was sent as directed, and submitted to the Patriarch Archbishop-elect of Lisbon, Francisco de S. Luiz (afterwards Cardinal Saraiva), who presented a favourable report on the book. Accordingly in October of the same year a royal order was dispatched to Terceira, expressing the Queen of Portugal’s approval of the book, based upon the sanction of the Patriarch, and giving permission for the free distribution of the copies, which was carried out before the end of the year with the assistance of the local officials and to the general satisfaction of the populace. [...] It is in reference to this royal order that certain B.F.B.S. editions of De Figueiredo’s version published from 1890 onwards [...] are described on the title as reprinted ‘Da edição aprovada em 1842 pela rainha D. Maria II, com a consulta do Patriarcha Arcebispo eleito de Lisboa’.”

tivesse na época a providenciar literatura bíblica para a África portuguesa e nomeadamente para Cabo Verde.⁴³

Tal como já referimos anteriormente a BFBS só volta a publicar a Bíblia em português em 1840, 12 anos depois da última Bíblia de Figueiredo. A permanente instabilidade política pode explicar a decisão da BFBS de imprimir este Novo Testamento de Almeida em Portugal, mais concretamente no Porto.⁴⁴ Apesar de ter acontecido por razões meramente conjunturais não podemos deixar de assinalar esta edição pelo facto de ter sido necessário que passasse mais de um século e meio após a *editio princeps* do Novo Testamento de Almeida, em Amesterdão, para que este fosse produzido pela primeira vez na nação de origem do seu tradutor. Todavia, seria necessário passar novamente quase uma década para que a BFBS se voltasse a interessar por publicar novas edições bíblicas em língua portuguesa. A década de 40 seria assim pobre para a Bíblia em Portugal: temos em 1847 uma Bíblia de Almeida, pela ABS,⁴⁵ e um Novo Testamento de Figueiredo, pela BFBS; em 1849 surge apenas uma Bíblia de Figueiredo publicada pela BFBS.⁴⁶

Razões intrínsecas e extrínsecas terão contribuído para que a partir da década de 50 do século XIX se constate maior actividade editorial por parte da BFBS e da ABS em língua portuguesa. Embora paulatinamente, Portugal vai recuperando alguma estabilidade política e social com o chamado período da Regeneração. Começam a ser estabelecidas comunidades protestantes de língua portuguesa um pouco por todo o país pelo que as exigências de Escrituras em português começam a fazer-se sentir com maior intensidade. Não se pode desprezar também o facto de o Brasil, país com uma população substancialmente superior à de Portugal, requerer também edições bíblicas em português tanto da BFBS como da ABS. Logo em 1850 a BFBS edita uma Bíblia completa de Figueiredo voltando a editar o Novo Testamento desta tradução em 1856. Uma nova edição da Bíblia de Figuei-

⁴³ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1243. De facto, neste contexto, a questão colonial acabou também por se estruturar como uma componente fundamental, com todos os efeitos que a acção da Sociedade Bíblica produziria nos territórios africanos e asiáticos de dominação portuguesa, onde a actividade das denominações evangélicas adquiriu uma nova escala, com contornos distintos dos da metrópole, onde o seu carácter minoritário e a vigilância eclesiástica católica romana limitavam, em muito, a sua esfera de influência.

⁴⁴ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1244.

⁴⁵ Esta foi a primeira Bíblia completa da responsabilidade da entidade norte-americana.

⁴⁶ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1244-1245.

redo seria impressa em Londres em 1858 e só o Novo Testamento em 1860. Enquanto a BFBS parecia desinteressada em voltar a editar a tradução de Almeida⁴⁷ a ABS publicava quase exclusivamente a tradução do pastor protestante do século XVII. Assim, em 1857 é editada novamente a Bíblia completa de Almeida e surge ainda um Novo Testamento perfeitamente inovador, por duas razões: é uma edição bilingue, em português e inglês, e o texto bíblico em português é uma versão de Almeida revista pelo primeiro pastor protestante português a ministrar em território nacional, António de Matos (1822-1891).⁴⁸ No mesmo ano foi também publicado o Novo Testamento de Almeida apenas em português, com recurso ao texto revisto de Matos.⁴⁹

1864 é um ano de vários começos para o trabalho bíblico em Portugal. Por um lado é definitivamente estabelecida a agência da BFBS em Lisboa sendo esta responsabilidade entregue aos cuidados de Francis H. Roughton, pastor anglicano filho de britânicos residentes em Lisboa.⁵⁰ No que diz respeito a edições bíblicas, a BFBS edita um Novo Testamento de Figueiredo mas também inicia um profundo processo de revisão da tradução de Almeida,⁵¹ a qual nos últimos 45 anos só tinha voltado a editar uma única vez, em 1840. Sai primeiro um opúsculo contendo *O Santo Evangelho segundo S. João* e depois, ainda no mesmo ano, *O Santo Evangelho segundo S. Mattheus*.⁵² Com raras exceções 1864 inaugura também a actividade editorial contínua da Sociedade Bíblica em território português já que a partir de agora poucos são os anos em que não existem novas edições ou reimpressões. Deve-se ainda referir que a partir desta data as edições bíblicas em português – tanto na tradução de Almeida como de Figueiredo – são fun-

⁴⁷ Passaram primeiro 21 anos (de 1819 a 1840) e depois 24 anos (de 1840 a 1864) para que a BFBS voltasse a editar a tradução de Almeida.

⁴⁸ Para uma descrição mais detalhada da contribuição de António de Matos para esta revisão bíblica ver: David J. Langum, Sr. – *António de Mattos: um pioneiro protestante*. Lisboa: Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 2009, p. 77, 88-89.

⁴⁹ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1245-1246.

⁵⁰ Sobre o processo do estabelecimento definitivo da SBBE em Portugal ver: Luís Aguiar Santos – “Evolução da presença em Portugal da Sociedade Bíblica: de Agência Britânica a Instituição de Utilidade Pública”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* (2005), 7/8, p. 53-54.

⁵¹ “The B.F.B.S., wishing to provide an edition of D’Almeida’s version in a more acceptable form, engaged Da Costa Ricci, a Portuguese resident in London, to prepare a revision in which the diction and orthography should be modernized and the punctuation corrected” (T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1247).

⁵² T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1247.

damentalmente assumidas pela BFBS notando-se um claro declínio da actividade da ABS no que diz respeito à língua lusa. As únicas excepções em termos de edições da Bíblia completa de Almeida pela ABS ocorrem em 1870, 1886 e 1897, ou seja, praticamente apenas uma edição por década. Este ritmo volta de novo a ser alterado com edições mais constantes na transição do século XIX para o século XX – uma em 1899, duas em 1900, uma em 1902, uma em 1904 e a partir de 1911 com uma regularidade praticamente anual.⁵³ Tudo indica que estas edições da ABS se destinavam quase exclusivamente ao Brasil.

Ao número crescente e constante de edições bíblicas a partir de 1864 não é pois estranha a criação de estruturas de apoio em território nacional e principalmente o início do trabalho de colportagem que viria a servir de base à missão da Sociedade Bíblica até ao início dos anos 70 do século XX.⁵⁴ Em 1865 a BFBS edita duas Bíblias de Figueiredo de tamanhos e paginação diferentes; é também editado um Novo Testamento de Figueiredo. Entretanto, prossegue a bom ritmo o trabalho de revisão da tradução de Almeida sendo, em resultado desse processo, editados opúsculos em separado dos *Evangelhos segundo Marcos e Lucas* e o livro dos *Actos dos Apóstolos*. Ainda nesta série de opúsculos surge em 1868 o saltério em texto revisto pelo professor João José da Graça, dos Açores, e o livro de *Génesis*, revisto por Manoel Soares.⁵⁵

As edições de Bíblias e Novos Testamentos de ambas as traduções continuam a ser publicadas de forma regular ao longo da segunda metade da década de 60 do século XIX. A primeira metade da década de 70 revela-se menos prolífica mas em 1875 surge finalmente o texto completo da Bíblia de Almeida totalmente revisto sob a designação de *nova edição revista e correcta*, publicado em Lisboa pela firma Lallemand Frères.⁵⁶ Diga-se, aliás, que desde 1865 que eram frequentes as impressões realizadas em Portugal, tanto para a versão de Almeida como de Figueiredo.

Surpreendentemente, volta-se a verificar um novo hiato em relação ao texto de Almeida que, apesar de revisto, só voltaria a ser publicado

⁵³ Herculano Alves – “Catálogo das Obras Bíblicas de João Ferreira Annes d’Almeida”, p. 706-711.

⁵⁴ Para um conhecimento mais concreto do trabalho dos colportores e do contexto sócio-religioso da sua acção em finais do século XX ver: Vítor Tavares – “Ultrapassando obstáculos: os colportores”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* (2005), 7/8, p. 79-81.

⁵⁵ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1247-1249.

⁵⁶ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1249.

pela BFBS em 1884 e apenas o Novo Testamento. É provável que a tradução de Figueiredo tenha tido novamente maior aceitação após a nova edição de 1879 preparada por Robert Stewart (1828-?).⁵⁷ Novas impressões do Novo Testamento de Figueiredo são editadas pela BFBS em 1880, 1881 e 1884. Em 1885 é de novo publicada a Bíblia completa de Figueiredo.⁵⁸

Neste último quartel do século XIX já se começavam a sentir sérias dificuldades em harmonizar a língua portuguesa entre a forma como era falada em Portugal e como era falada no Brasil.⁵⁹ Assim as instituições britânica e norte-americana responsáveis pela divulgação da Bíblia nos países de língua portuguesa decidiram juntar esforços e preparar uma nova tradução que servisse ambos os países.⁶⁰ Não parece, no entanto, que este projecto tenha tido muito sucesso pelo menos em termos de esforço conjunto entre os dois países, pois no Brasil achou-se que o texto era pouco adequado para aquele povo. Todavia a “nova tradução” continuou a ser realizada em Portugal pelo menos até 1901, ano em que foi publicado o livro aos *Hebreus*.⁶¹

O texto de Figueiredo continuava a ser publicado pois este era aquele que os colportores melhor difundiam a um povo esmagadoramente católico e pouco sensível à diferenciação religiosa que só muito lentamente ia fazendo o seu caminho. Por sua vez, o texto de Almeida de cada vez que era publicado surgia com uma nova revisão. Assim aconteceu novamente em 1894 com a edição de uma Bíblia completa com actualização ortográfica; esta Bíblia seria reimpressa novamente em Lisboa em 1897 com a designação de *Edição revista*. Apenas um ano depois surge uma edição do Novo Testamento de Almeida com a designação

⁵⁷ Este pastor presbiteriano tinha vindo para Portugal como capelão da Igreja da Escócia em Lisboa. Em 1876 assumiu as funções de responsável da agência portuguesa da BFBS.

⁵⁸ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1250-1251.

⁵⁹ Em 1879 tinha surgido no Brasil uma edição do Novo Testamento patrocinada pela ABS mas da responsabilidade da Sociedade de Literatura Religiosa e Moral, do Rio de Janeiro, com um texto adaptado por A. L. Blackford ao uso da língua naquele país e que ficou conhecida como a *Primeira edição Brasileira*.

⁶⁰ De acordo com T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1251, “the B.F.B.S. and the A.B.S. decided to prepare a new translation, on the basis of Figueiredo’s version, by means of two committees, one in Portugal under R. Stewart, and the other in Brazil under A. L. Blackford. The Portugal committee began with St. Matthew’s Gospel and printed this tentative edition in 1886; while the Brazil committee began with St. Luke’s Gospel, and printed a tentative edition of the first eight chapters at Rio de Janeiro in the same year”.

⁶¹ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1252.

*Nova edição revista e correcta*⁶² e em 1898 a primeira *Edição revista e corrigida*⁶³ que, após sucessivas actualizações ortográficas, é ainda hoje publicada pelas Sociedades Bíblicas de Portugal e do Brasil. Apesar de a edição revista e corrigida se ter tornado o texto bíblico preferido dos protestantes de língua portuguesa ao longo de todo o século XX a verdade é que no início do século a edição revista continuava a ser editada pela BFBS, tanto em Bíblias completas como em Novos Testamentos.⁶⁴

O registo de edições bíblicas ao longo da primeira década do século XX mostra um certo dinamismo por parte das agências portuguesa e brasileira da Sociedade Bíblica. Em 1902 é impressa no Porto uma edição da Bíblia de Figueiredo e no mesmo ano é impressa em Lisboa uma Bíblia num outro tamanho usando o texto desta mesma tradução.⁶⁵ Em 1903 surgem novas edições produzidas em Portugal: uma Bíblia de Almeida (revista e corrigida), uma Bíblia de Figueiredo (nova edição) e um Novo Testamento de Figueiredo. Ao mesmo tempo é também editado um opúsculo contendo o saltério na tradução de Almeida.⁶⁶ Em 1904 a ABS volta finalmente a editar uma Bíblia em português usando pela primeira vez o texto da edição revista e corrigida. 1905 é um importante ano para o progresso da Bíblia em língua portuguesa uma vez que se começam a ver os resultados de uma nova tentativa de realização de uma tradução bíblica que servisse os falantes da língua tanto em Portugal como no Brasil.⁶⁷ Mais uma vez esta tentativa acabaria por se

⁶² T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1253-1254.

⁶³ Herculano Alves – “Catálogo das Obras Bíblicas de João Ferreira Annes d’Almeida”, p. 710.

⁶⁴ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1254-1255.

⁶⁵ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1255.

⁶⁶ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1256.

⁶⁷ “In 1902 it was agreed that the B.F.B.S. and the A.B.S. in Brazil should unite in appointing a committee of three foreigners and three (afterwards altered to four) Portuguese to prepare a new translation of the Bible from the Hebrew and the Greek with the help of the versions of De Figueiredo and D’Almeida, and the version recently prepared by the Portugal Committee [...]. The committee was composed by W. C. Brown, of the Episcopal Church, J. R. Smith, of the American Presbyterian Church South, J. M. Kyle, of the American Presbyterian Church North, A. B. Trajano, E. C. Pereira, and Hippolyto Campos, with whom were also associated Virgilio Varzea, Mario de Artagão, and Alberto Meyer. In 1904 they published tentative editions of the first two Gospels as a specimen of the new version. [...] These tentative editions met with much criticism, and the translation-committee was requested to revise one of them and issue it again. The committee therefore revised St. Matthew’s Gospel, and published a new edition of it in 1905” (T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1258).

gorar e o que acaba por surgir em 1910 não é nenhuma edição conjunta entre Portugal e Brasil mas sim o Novo Testamento da *Edição Brasileira* que teria algum sucesso no país irmão.⁶⁸ Quanto a Portugal resulta claro que se continuaram a preferir as edições já estabelecidas e fixadas tanto do texto de Almeida como do de Figueiredo. Assim, em 1907 surge um Novo Testamento de Almeida (edição revista) e um Novo Testamento de Figueiredo. Em 1908 são impressos 10.000 exemplares do Novo Testamento de Almeida (nova edição revista e correcta), um Novo Testamento de Figueiredo⁶⁹ e uma Bíblia de Almeida.⁷⁰

*Reacções e influência na sociedade
portuguesa contemporânea:
o papel da hierarquia católica-romana*

Na verdade, a Sociedade Bíblica colocou, em Portugal, o problema essencial da traduzibilidade da Bíblia, bem como da vulgarização dos textos bíblicos com todas as questões de legitimação e fundamentação que as mesmas colocam, donde resultou um importante impacto cultural na sociedade portuguesa. No contexto do proselitismo protestante, o principal alvo das críticas católicas era precisamente a questão da distribuição das Bíblias que constituiu o motivo fundamental para a redacção da maior parte das pastorais e opúsculos anti-protestantes ao longo da segunda metade do século XIX.

A problemática da livre interpretação das Sagradas Escrituras foi a questão mais desenvolvida e sucessivamente repetida na literatura editada acerca do protestantismo em Portugal durante a segunda metade do século XIX. Os elementos doutrinários reformados relativos ao sacerdócio universal, nunca assim referido nas fontes católicas, traduziam-se acima de tudo no não-reconhecimento do estatuto dos eclesiásticos como intermediários na leitura e interpretação da Bíblia, o que, de acordo, com os católicos, constituía o erro fundamental do protestantismo. Simultaneamente, apresentava-se não apenas como um erro mas como um instrumento de sustentação de todos os erros do cristianismo evan-

⁶⁸ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1260.

⁶⁹ T. H. Darlow e H. F. Moule – *Historical Catalogue of the Printed Editions of Holy Scriptures in the Library of the British and Foreign Bible Society*, p. 1259-1260.

⁷⁰ Herculano Alves – “Catálogo das Obras Bíblicas de João Ferreira Annes d’Almeida”, p. 711.

gético⁷¹, desde logo, porque, de acordo com a perspectiva católica, a livre interpretação conduzia necessariamente à ruína e adulteração do sentido dos textos bíblicos e da mensagem cristã. Proclamando o povo intérprete do livro de Deus, os reformados abriam “[...] a porta a todos os erros e delírios da razão[...]” e abatiam “[...] a majestade e grandeza do sagrado texto”⁷². Consequentemente, a livre interpretação da Bíblia representava para os católicos não apenas o maior dos múltiplos erros do protestantismo mas também a doutrina fundamental que determinou a separação entre o cristianismo católico e o cristianismo evangélico. A centralidade e consequente gravidade da relação directa estabelecida entre o fiel e a Bíblia revelava-se, efectivamente, em todas as fontes católicas, o princípio fracturante, ininterruptamente repetido ao longo da segunda metade do século XIX. Esse era identificado como o “ponto fundamental donde todos dimanam; é a barreira que eles levantaram e que de nós os separa para sempre. Para um Católico a regra da sua crença é a palavra de Deus ensinada pela sua Igreja; para um Protestante é a Escritura por ele próprio lida e interpretada”⁷³.

Condenado o princípio, seguia-se então a justificação dessa mesma reprovação. Em primeiro lugar denunciava-se o raciocínio falacioso subjacente às premissas em que o sacerdócio universal se baseava. Por um lado, afirmavam os católicos, o cristianismo reformado não só reconhecia a autoridade das Escrituras como a identificava como central no seu núcleo doutrinário; por outro, não reconhecia a autoridade da Tradição. O papel que esta havia tido na estruturação e consolidação dos textos bíblicos e da ortodoxia gerava, denunciavam as fontes católicas, uma clara contradição, uma vez que o reconhecimento da validade dos textos bíblicos se deveria basear necessariamente numa ratificação da legitimidade da Tradição⁷⁴.

⁷¹ Essa associação é clara quando se afirma que “[...] a Bíblia como única regra de fé interpretada ao gosto de cada um” é o “princípio a que se deve a impiedade, e a irreligião, que desde o século 17º até o presente tem inundado a terra [...]”. E partindo de um princípio falso se foi caindo de abismo em abismo”. (D. Manuel Joaquim da Silveira, metropolitano e primaz do Brasil – *Carta Pastoral do Exm.º e Revd.º Senhor D. Manuel Joaquim da Silveira, metropolitano e primaz do Brasil, premunindo os seus Diocesanos contra as mutilações e adulterações da Bíblia*. Ponta Delgada: Tipografia do Eco Social, 1865, p.64).

⁷² D. Luiz Maria da Silva Ramos – *Afirmações católicas contra os erros d’um apóstata*. Coimbra: Editor J. J. Reis Leitão, 1889, p.163.

⁷³ D. Américo, bispo do Porto – *Instrução pastoral sobre o Protestantismo dirigida aos seus diocesanos*. In Pinharanda Gomes – *Dom Manuel Martins Manso. Bispo do Funchal e da Guarda (Escritos pastorais)*. Lisboa: Edição do autor, 1996, p.12.

⁷⁴ Em 1879, Manuel Felipe Coelho questionava-se acerca desse facto: “Para um livro qualquer adquirir o atributo da inspiração divina não basta a verdade e pureza da matéria nele contida. Os protestantes hão-de recorrer previamente a uma autoridade, estranha á Bíblia, e

À refutação do princípio teórico justapunha-se a exposição da inviabilidade prática da livre interpretação das Escrituras. Em primeiro lugar, o princípio apresentava-se como sendo a razão fundamental para as divisões protestantes, revelando-se incompatível com a construção de comunidades religiosas coesas e unificadas⁷⁵. Em última instância, essa pulverização de comunidades, tão contrária à organicidade católica, correspondia, para os católicos, a uma expansão do erro e da impiedade⁷⁶.

Em segundo lugar, o sacerdócio universal era também sinónimo da ausência de uma autoridade mediadora, centralizadora, superior e divina, o que transformava o cristianismo evangélico, de acordo com os católicos, numa organização acéfala⁷⁷. A inexistência dessa autoridade apresentava-se então como sinónima da ausência de um centro de legitimação da interpretação das Escrituras e de ratificação da ortodoxia⁷⁸. A hierarquia sacerdotal e a centralidade pontifícia apresentavam-se assim como requisitos indispensáveis da “verdadeira reli-

cujo credito deve pelo menos ser igual aos dos Livros Santos; [...]. E então que autoridade é essa senão a Tradição? Com efeito o testemunho tradicional vem atestar-nos quais os autores e os livros, que o Espírito Santo inspirou. [...] Mas os Protestantes, desatendendo os princípios da lógica, nem dizem nem aceitam estas conclusões, não obstante reconhecerem implicitamente a Tradição” (Manuel Felipe Coelho – *Refutação das principais objecções de alguns protestantes contra a Instrução Pastoral do Exc.mo Snr. D. Américo, Bispo do Porto*. Porto: Livraria Internacional, 1879, p. 13).

⁷⁵ O bispo do Porto era peremptório a esse respeito: “[...] onde há liberdade de exame, de crença e de obras, não é possível dar-se a conformidade de espírito e vontades, primeira e indispensável condição de toda a sociedade” (D. Américo, bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o Protestantismo*, p.42).

⁷⁶ A hierarquia católica perspectivava essa doutrina como responsável não apenas pela “[...] pasmosa multiplicidade de seitas contraditórias, e as variações nas doutrinas, que dividem o Protestantismo [...]” mas também por “[...] toda a sorte de crimes contra a moral e a ordem pública. Cada entusiasta, ou fanático, julgou achar na Bíblia tudo o que a sua desregrada fantasia, ou paixão lhe afigurava justo [...]” (D. Manuel Joaquim da Silveira, metropolitano e primaz do Brasil – *Carta pastoral*, p.21.)

⁷⁷ A esse propósito comentava, em 1889, D. Luiz da Silva Ramos: “[...] não há nem pode haver extravagância igual à dos sectários que imaginam que Jesus Cristo criou uma sociedade espiritual acéfala, sem cabeça, sem direcção. É impossível, com efeito, a existência duma Igreja acéfala [...]. Concedem os protestantes que Jesus Cristo fundou sobre a terra uma sociedade visível a que chamamos Igreja? Sim ou não. Se fundou, era de necessidade que a essa Igreja desse um governo supremo, porque não há sociedade sem este governo; se não fundou, é impossível a existência do cristianismo” (D. Luiz da Silva Ramos – *Afirmações católicas*, p.44-45).

⁷⁸ A Igreja Católica, alicerçada em Roma e na legitimidade da Tradição, afirmava-se, tinha autoridade para o fazer, mas os protestantes, perguntava-se, que autoridade tinham “[...] para declarar que não são divinos os livros que a critica histórica mais austera demonstra que SEMPRE foram tidos como tais? Que autoridade tem os protestantes para perverter a história, adulterar os factos e negar o que a antiguidade cristã sempre confessou?” (D. Luiz da Silva Ramos – *Afirmações católicas*, p. 455).

gião”, uma vez que desempenhavam o papel essencial de execução da doutrina cristã. As mediações rejeitadas pelo cristianismo reformado eram elementos fundamentais na doutrina católica.

A fundamentação dessas funções baseava-se, entre outros aspectos, na necessidade de uma autoridade intelectual e espiritualmente competente para enfrentar as dificuldades de interpretação da Bíblia. Era esse um terceiro ponto estruturante na demonstração da inviabilidade prática da livre-interpretação. Descrito como “[...] um livro divinamente inspirado [que] não pode deixar de ser obscuro, por tratar muitas vezes de coisas que excedem a compreensão humana, ou de verdades que não aprouve à bondade divina explicar aos homens [...]”⁷⁹, o texto bíblico exigia, de acordo com a tradição católica, a formação de intermediários que fizessem chegar aos cristãos a mensagem de Cristo, interpretada e filtrada por uma autoridade que derrubasse aqueles obstáculos hermenêuticos entre as Escrituras e os fiéis. Para além disso, ao mesmo tempo que se criticava a doutrina da livre-interpretação por representar uma abertura em relação ao acesso aos textos bíblicos, denunciava-se também que a mesma doutrina era responsável precisamente pelo contrário: a limitação desse acesso, na medida em que a maioria da população – os analfabetos, não teria possibilidade de ler a Bíblia⁸⁰. Mais uma vez, servia o argumento para sustentar a necessidade do sacerdócio, com um papel imprescindível na transmissão oral da mensagem cristã inacessível àqueles que não sabiam ler.

Porém, se se multiplicavam as críticas relativas à proliferação de interpretações, denunciava-se também, num quarto núcleo crítico, a incoerência das respostas protestantes a essa problemática. O posicionamento de certos núcleos reformados em relação à designação de interpretações bíblicas e regras doutrinárias subsequente⁸¹ não surgia pe-

⁷⁹ D. João Maria Pereira d’Amaral e Pimentel, bispo de Angra do Heroísmo e Ilhas dos Açores – *Carta pastoral sobre o protestantismo*, p.3.

⁸⁰ A esta impossibilidade técnica acrescentavam-se, por vezes, as dificuldades financeiras adstritas à aquisição e leitura das Bíblias, porque, apesar da descoberta da Imprensa no século XV ter facilitado o acesso aos livros, “[...] nunca a sua aquisição deixou de ser dispendiosa e fora do alcance do maior numero. Mas não basta ainda: na mesma impossibilidade de estudar ou consultar as Paginas Sagradas se encontram os que, dedicando-se conscienciosamente às obrigações do seu estado, gastam n’ellas todas as horas do dia, outras tantas de trabalho e fadigas, e nenhuma lhes restam para a meditação dos Livros Santos” (D. Américo, bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o Protestantismo*, p.48).

⁸¹ Neste ponto, evidencia-se a complexidade resultante da influência do anglicanismo na construção das representações católicas em relação ao protestantismo como um todo. Apesar de muitas vezes a especificidade anglicana servir para definir todo o universo evangélico; nou-

rante os católicos como uma solução para as críticas em relação à fragilidade da multiplicação de interpretações, mas antes como uma profunda contradição em relação ao princípio da livre-interpretação⁸². Para a hierarquia católica, o desenvolvimento desses sistemas de interpretação constituíam, mais do que o reconhecimento do sacerdócio universal como um erro, outra prova das contradições e da ineficácia do cristianismo protestante.

Em quinto lugar, a livre-interpretação era também criticada como uma irresponsabilidade, na medida em que possibilitava aos “ignorantes e estúpidos” o acesso livre à mesma, reforçando o potencial subjetivo e arbitrário da leitura das Escrituras⁸³. Perante essa abertura, narrava-se, “[...] a ignorância sentiu-se então lisonjeada e aplaudiu, vendo-se chamada também a examinar e decidir; a curiosidade indagadora alegrou-se ao abaterem-se-lhe as barreiras postas à razão humana; as paixões exultaram, ouvindo-se convidadas a decretar o que é bem e o que é mal”⁸⁴. Esta perspectiva, potenciadora de contra-críti-

tros casos, é a percepção do protestantismo como um todo que adultera as especificidades do anglicanismo; e noutras ocasiões ainda, o anglicanismo, embora não explicitamente referido, utiliza-se como o exemplo da exceção. Neste caso específico, as referências à existência de comunidades que se apoiavam num sistema de interpretações determinado, e não naquele ambiente anárquico de pulverização de interpretações descrito nas pastorais, traduzia os testemunhos do episcopalismo de tradição anglicana. Aliás, mesmo ao nível literário, sobretudo a esse nível, essa especificidade anglicana é utilizada para caracterizar a Grã-Bretanha e os britânicos. Júlio Dinis descrevia como “[...] a leitura descarnada e despida de comentários daquelas páginas [da Bíblia] não bastava ao fervoroso anglicanismo de Mr. Richard Whitestone, por isso, a cada passo, a interrompia para citar as interpretações de alguns dos reverendos doutores da sua episcopal igreja, ou os recentes desenvolvimentos, que ouvira ao eclesiástico inglês na missa protestante, do Campo Pequeno” (Júlio Dinis – *Uma Família Inglesa*, [1ª edição 1868]. Barcelos: Livraria Figueirinhas, 1978, p.152).

⁸² Manuel de Albuquerque esclarece que os “[...] protestantes têm reconhecido quanto é falsa a sua doutrina do livro exame [sic] e quanto lhes tem sido perniciosa. [...] para saírem da dificuldade, os protestantes também excogitaram o sistema dos artigos fundamentais e não fundamentais, dizendo que os primeiros são os que devem professar na sua Igreja, e que, quanto aos segundos, é livre segui-los ou não os seguir. Mas este sistema não destrói a dificuldade: 1º porque nem todas as seitas protestantes estão de acordo quanto a esses artigos fundamentais; 2º porque na doutrina de Jesus Cristo não há artigos fundamentais e não fundamentais, [...], 3º finalmente, porque nenhuma seita, por mais numerosa que seja e por mais conspícuos que sejam seus discípulos, tem autoridade para fazer essa distinção [...]” (Manuel de Albuquerque – *A Verdadeira Igreja de Cristo*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense – Editora, s/d., p.69).

⁸³ Na Carta Pastoral de 1862 do Arcebispo da Baía – Brasil, publicada em Portugal em 1865, definia-se precisamente a doutrina da livre-interpretação da Bíblia como o princípio que constituía “[...] todos os homens, ainda os mais estúpidos e ignorantes, juízes do sentido da Bíblia, e por tanto árbitros da sua religião [...]” (D. Manuel Joaquim da Silveira, metropolitano e primaz do Brasil – *Carta Pastoral*, p.21).

⁸⁴ D. Américo, bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o protestantismo*, p.38-39.

cas relativas ao fomento da ignorância por parte do catolicismo⁸⁵, também dinamizadas a propósito das traduções para línguas vernáculas em substituição das edições latinas, era então complementada com o elogio do trabalho do catolicismo no sentido da dinamização cultural e do progresso civilizacional⁸⁶.

Em última instância, para uma parte substancial da hierarquia católica, a inviabilidade do princípio da livre-interpretação acabava por ser provada pelo objecto em que se baseava, na medida em que a leitura da Bíblia não era considerada como indispensável para a salvação⁸⁷. Imprescindível sim era o papel de um magistério infalível que determinasse a doutrina definida na Sagrada Escritura, que designasse quais os dogmas e princípios da moral cuja imutabilidade deveria ser garantida por todos os cristãos. A intemporalidade dos desígnios da Igreja Católica não poderiam ceder à subjectividade múltipla do sacerdócio universal. De qualquer modo, não deixava de se esclarecer pontualmente que a doutrina católica não proibia a leitura da Bíblia, antes determinava que a mesma deveria ser venerada como “um livro divino”⁸⁸.

Assim sendo, a distribuição de bíblias adstrita ao princípio da livre-interpretação originava também, junto da hierarquia católica, duras críticas e uma reprovação generalizada. A “bíblia protestante”, assim repetidamente designada, era definida no contexto das pastorais e dos

⁸⁵ Estas críticas não tinham origem apenas no campo evangélico, mesmo nalguns núcleos católicos essa acusação era sucessivamente repetida. Figuras como Alexandre Herculano defendiam: “Para o povo ser livre, é necessário que seja religioso e honesto; não que seja crédulo [...] é necessário que conheça as doutrinas do evangelho [...]. Em vez de inculcar credences ao povo, cumpre inculcar-lhe os princípios do cristianismo e as consequências daqueles princípios: cumpre ilustrá-lo, em vez de o conservar na ignorância [...]” (Alexandre Herculano – *Solemnia Verba. Cartas ao senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1850, p.32).

⁸⁶ A Igreja era enaltecida como “[...] a mãe e inspiradora dos grandes sábios, a criadora das universidades, a luz fulgentíssima do pensamento humano [...]” (D. Luiz Maria da Silva Ramos – *Afirmações católicas*, p.483).

⁸⁷ Esta relativização do papel da Bíblia era evidente para muitos. O Bispo da Guarda disse, em 1867, com toda a clareza: “[...] queremos que não ignorem que a leitura da Bíblia a ninguém é indispensável para a salvação. [...] Há até indivíduos para quem a leitura de algumas partes dela pode ser mais nociva que proveitosa, por causa da temeridade e fragilidade humana” (D. Manuel Martins Manso, bispo da Guarda – *Pastoral sobre as bíblias protestantes*. In Pinharanda Gomes – *D. Manuel Martins Manso*, p.160). Na década seguinte, D. Américo, bispo do Porto, mantinha firmemente essa posição, declarando: “[...] a leitura e interpretação da Bíblia não é o meio que Jesus Cristo estabeleceu e determinou para o Cristão conhecer a sua doutrina e acreditá-la” (D. Américo, bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o protestantismo*, p. 47).

⁸⁸ D. Luiz Maria da Silva Ramos – *Afirmações católicas*, p.160.

opúsculos anti-protestantes como uma obra específica, distinta das Sagradas Escrituras católicas⁸⁹. A condenação da distribuição e aquisição de bíblias com origem nas comunidades evangélicas alicerçava-se em vários elementos, desde a denúncia de propósitos ilegítimos até à crítica dos aspectos editoriais.

A distribuição de Bíblias era, na esmagadora maioria das vezes, denunciada como um meio e não um fim, no sentido em que os objectivos das comunidades reformadas não se relacionavam com a divulgação do conhecimento bíblico mas sim com a propagação dos “erros protestantes”, fazendo “[...] desaparecer as bíblias genuínas, esperando que venha tempo em que só existam as bíblias protestantes inundando o mundo[...]"⁹⁰. Nesse contexto, as Sociedades Bíblicas desempenhavam um papel essencial, tanto pela actividade editorial que dinamizavam como pelo apoio que forneciam às diferentes comunidades evangélicas, inclusivamente àquelas que então se estruturavam em território português⁹¹. Nas fontes católicas eram descritas como sociedades que tinham “[...] por fim espalhar Bíblias não só entre os seus correligionários, mas mesmo entre Católicos, vendendo-as por preços tentadores pela modicidade, e até dando-as, [...] zelo por certo muito louvável, se não fora empregado em péssima causa, e com péssimos meios”⁹². O facto de terem origem na Grã-Bretanha era utilizado para reforçar a crítica que não se limitava apenas ao desrespeito pela religião católica mas que era também definida como uma traição em relação à aliança secular que unia portugueses e ingleses. Para além disso, a situação financeira da Sociedade Bíblica era co-

⁸⁹ A distinção católica entre “bíblias falsas” e “bíblias verdadeiras” fundamentava-se numa hiperbolização dos elementos que distinguem as bíblias católicas das protestantes e que se resumem basicamente à exclusão nas bíblias evangélicas dos livros do Antigo Testamento que os católicos denominam de “deuterocanónicos”, isto é, componentes de um segundo cânone, mas igualmente inspirados (*Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruque, I dos Macabeus, II dos Macabeus*). Os cristãos reformados, por sua vez, consideram esses livros apócrifos, bem como algumas partes dos livros de *Ester* e *Daniel*.

⁹⁰ *Ainda o protestantismo na diocese dos Açores. Artigos publicados pelo jornal «O Católico» com referência à análise feita pelos da propaganda protestante ao folheto intitulado O Protestantismo em Cena*. Angra do Heroísmo: Tipografia do Correio da Terceira, 1884, p. 7-8.

⁹¹ Em 1867, o bispo da Guarda denuncia a actividade prosélita que “[...] os emissários das sociedades bíblicas protestantes pretendem fazer nesta cidade, e em outros pontos deste bispado, com grave prejuízo das almas, injúria da Religião Católica, ofensa das leis pátrias que a reconhecem como Religião do Estado, e com imensa mágoa do nosso coração ao considerarmos os muitos pecados e danos espirituais, que praticam e ocasionam estes propagandistas do erro” (D. Manuel Martins Manso - Pastoral sobre as bíblias protestantes. In Pinharanda Gomes – D. Manuel Martins Manso, p.157).

⁹² D. Américo, bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o Protestantismo*, p.54.

mummente analisada como meio de demonstração dos benefícios monetários, e não espirituais, que a mesma procurava alcançar⁹³. Esse lucro comportava uma dupla crítica, na medida em que não só resultava do aproveitamento de do factor religioso, como servia para sustentar a missão protestante.

A centralidade da Bíblia enquanto instrumento de aproximação e evangelização combatia-se também com base nos aspectos formais, adjectivados também pelos sectores católicos como manipulativos. A questão dos preços⁹⁴, dos formatos e da impressão⁹⁵ eram tidas em conta nos discursos de alerta contra o perigo protestante, precisamente porque tomados como factores facilitadores em relação àquela aproximação. Nesse sentido, procedia-se frequentemente à identificação pormenorizada das edições em causa, de modo a que as mesmas fossem reconhecidas, recusadas e destruídas⁹⁶. A aceitação ou aquisição dessas bíblias era absolutamente proibida pela Igreja Católica.

No entanto, o núcleo mais substancial de críticas relativas às Bíblias protestantes dizia respeito ao seu conteúdo, repetidamente definido como lacunar, falsificado e enganador. No fundo, as edições bíblicas protestantes eram tidas como sendo resultantes de todo um processo de mutilação e manipulação com o objectivo de servir os propósitos das comunidades reformadas, naquilo que se definia como uma “[...] falta

⁹³ O bispo do Porto insurgia-se, em 1878, contra as reuniões anuais das sociedades bíblicas, onde se contavam “[...] com ufania os milhares de contos de réis que arrecada[v]am das subscrições [...]” (D. Américo, bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o Protestantismo*, p.54). Ao longo do século continuavam a ouvir-se as denúncias em relação aos “[...] milhões e milhões das sociedades bíblicas» (D. Luiz Maria da Silva Ramos – *Afirmções católicas*, p.177).

⁹⁴ Os baixos preços e a entrega gratuita de exemplares da Bíblia junto da população eram violentamente criticados, denunciando-se que “A vulgarização da Bíblia protestante, a esmo e entregue a uns missionários que a vendem a troco duns cobres, como quem vende reportórios e jornais de dez réis, é simplesmente ridícula” (D. Luiz Maria da Silva Ramos – *Afirmções católicas*, p.163).

⁹⁵ Publicada em Portugal em 1865, a Pastoral do Arcebispo da Baía, relatava como naquela cidade “[...] se andavam vendendo Bíblias falsas, e livrinhos contra a Religião, os quais pela beleza da impressão, pelo pequeno formato, e módico preço eram vendidos com muita facilidade [...]” (D. Manuel Joaquim da Silveira, metropolitano e primaz do Brasil – *Carta Pastoral*, p.2).

⁹⁶ O que se fazia muitas das vezes através das pastorais, como no caso da diocese da Guarda, onde se testemunhava que: “Já em Novembro próximo findo, estes, ou outros que tais, homens perdidos, trouxeram a esta cidade, e expuseram à venda, quantidade considerável de bíblias proibidas: umas de maior, outras de menor formato e volume: tendo aquelas o título de – *Bíblia Sagrada contendo o Velho e Novo Testamento, traduzida em português segundo a Vulgata latina por António Pereira de Figueiredo*: e todas impressas em Lisboa na Tipografia Universal, Rua dos Calafates, 110” (D. Manuel Martins Manso – Pastoral sobre as bíblias protestantes. In Pinharanda Gomes – *D. Manuel Martins Manso*, p.157).

de veneração devida à Escritura Sagrada, dando-a como completa depois de lhe suprimirem livros, passagens e textos, [...]; traduzindo-a a seu modo, ora aproveitando-se da nossa versão contra nós mesmo, para depois a inculcarem por conforme com a original, quando a têm adulterado no que lhes interessa; ofertando-a [...] a qualquer sem discernimento algum, e expondo-a ao desprezo; servindo-se do santo nome e prestígio dela para ao mesmo tempo e na mesma ocasião subrepticamente induzirem a aceitar outros livros e folhetos repletos de heresia”⁹⁷. Por conseguinte, a crítica não se resumia à supressão dos livros deuterocanônicos, essa especificidade não era, aliás, esclarecida nem justificada. O núcleo crítico baseava-se, mais do que no conteúdo, na acusação de uma instrumentalização da Bíblia como fonte de legitimação. As denúncias dos erros, más traduções e ausência de explicações serviam sobretudo para neutralizar a eficácia do método que mais rapidamente proporcionava a integração dos pregadores evangélicos junto de núcleos populacionais católicos.

Conclusões

A ação da Sociedade Bíblica no primeiro século da sua existência em Portugal fica assim marcada por dois enquadramentos distintos. Numa primeira fase, de mais de meio século, a distribuição das edições bíblicas é feita na quase completa ausência de comunidades protestantes de língua portuguesa, pelo que tais edições eram fundamentalmente distribuídas aos fiéis católicos romanos. Com a criação do serviço de colportagem em 1864 a ligação ao meio protestante vai-se intensificando já que estes agentes eram provenientes das comunidades reformadas e estiveram até mesmo na origem de novos grupos locais ou de denominações evangélicas. De acordo com Manuel P. Cardoso, estes homens “não se contentavam com vender um livro, mas eram autênticos evangelistas itinerantes”.⁹⁸

Na imprensa protestante dos inícios do século XX a Sociedade Bíblica e os seus agentes eram unanimemente apontados como modelos da construção de pontes entre as diferentes denominações evangélicas e, simultaneamente, como a plataforma de encontro entre todos os grupos protestantes consensualmente unidos em torno da centralidade

⁹⁷ D. Américo, bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o Protestantismo*, p. 55.

⁹⁸ Manuel P. Cardoso – *Por Vilas e Cidades: Notas para a História do Protestantismo em Portugal*. Lisboa: Seminário Evangélico de Teologia, 1998, p. 74.

conferida às Escrituras⁹⁹ e, por conseguinte, em torno da valorização do trabalho de tradução, edição e distribuição das mesmas. Deste modo, foi-se tornando óbvio na sociedade portuguesa oitocentista que a Sociedade Bíblica, potenciada pela sua natureza não-denominacional, ocupava progressivamente um espaço próprio no seio da reconfiguração missionária da época, desenvolvendo-se como experiência de diversificação sociocultural num ambiente religioso e cultural maioritariamente católico, onde a experiência de relação com a Bíblia era substancialmente distinta da do universo protestante. Foi, porém, esta experiência de trabalho em contextos diferenciados que contribuiu para que a Sociedade Bíblica se fosse posicionando ao longo do século XX, particularmente na sua segunda metade, como um movimento promotor de parcerias interconfessionais divulgando a Bíblia como elemento comum a todos os cristãos, sejam católicos, protestantes ou ortodoxos.

⁹⁹ Nos finais de 1928, declarava-se no *Portugal Novo*: “É para nós admirável exemplo a Sociedade Bíblica, que serve, com a publicação das Sagradas escrituras em centenas de línguas, todo o Cristianismo protestante, mesmo toda a Cristandade. [...] Anima-nos este espírito do universalismo cristão [...]”. (*Portugal Novo*, Ano I, nº 21 e 22, 25 de Dezembro de 1928, p. 1).

